

Turismo em meio insular africano: análise comparativa de impactos

Tourism in the African insular environment: a comparative analysis of impacts

Brígida Rocha Brito. Centro de Estudos Africanos-ISCTE-IUL (Portugal)

Resumo

Entre 2007 e 2010 foi realizado, no Centro de Estudos Africanos (ISCTE-IUL) um estudo comparativo sobre o tema “O impacto do turismo no desenvolvimento comunitário em África: análise de experiências insulares”, centrado em dois países insulares, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Apesar de, a nível internacional, se considerar que o turismo é um sector em intenso e acelerado crescimento, situação evidenciada por indicadores e estatísticas, nem sempre os impactos resultantes da actividade podem ser definidos como promotores de desenvolvimento(s) na lógica da sustentabilidade, em particular se a análise se centrar em dois níveis de análise principais: o sócio-cultural e o ambiental. Com este estudo, a equipa de investigação procurou apresentar um contributo no sentido de uma melhor compreensão das diferentes, e por vezes contraditórias, consequências locais do turismo, realçando os factores potenciais mas sem contudo esquecer os efeitos não desejáveis.

Abstract

Between 2007 and 2010, a comparative study was conducted at Centre for African Studies (ISCTE-IUL) on the subject of “The Tourism Impact in the community development in Africa: Analysis of Insular Experiences”, that was centered on two island countries, Cape Verde and Sao Tome and Principe.

Despite the international level, considering that tourism is a sector on intense and accelerated growth that is evidenced by indicators and statistics, the impacts can not always be defined as promoter of development(s) in the logic of sustainability, in particular if the analysis focuses two main levels: the socio-cultural and the environmental. With this study, the research team sought to present a contribution towards a better understanding of different, and sometimes contradictory, local impacts of tourism, highlighting the potential factors without forgetting the undesirable effects.

Palabras chave

Turismo; Sustentabilidade; Insularidade; África; Impactos.

Key-words

Tourism; Sustainability; Insularity; Africa; Impacts.

Aspectos introdutórios e metodológicos

O sector do turismo tem vindo a adquirir uma importância crescente, comprovada pelos fluxos de viajantes que anualmente se deslocam para destinos diferentes do de residência habitual. A literatura de referência define-o como um sector que é: potencial dinamizador da economia; facilitador da modernização das infra-estruturas; promotor da requalificação da mão-de-obra e de diversificação de fontes de rendimento com melhoria das condições de bem-estar das famílias; veículo de valorização cultural e de divulgação de referências identitárias e simbólicas; e ainda mecanismo incentivador da implementação de acções favoráveis à criação de uma melhor relação com o Ambiente.

A nível económico, é considerado como um pólo de atracção de desenvolvimento, já que permite gerar receitas e multiplicá-las através de reinvestimentos, mas também porque contribui para estimular o desenvolvimento de outros sectores de actividade económica (por exemplo, agropecuário, as pescas, a indústria, o comércio e os serviços, o artesanato e a animação sócio-cultural), através de efeitos de difusão.

A nível social e cultural, é entendido como um sector potencial ao facilitar o con-

tacto entre pessoas de origens diversas, cujas relações sociais são marcadas por elementos culturais de referência que, naturalmente, influenciam e condicionam atitudes e comportamentos. Mas, a este nível, a viagem é hoje concebida como um meio de aproximação de culturas, de valorização da diferença e um mecanismo facilitador da paz por facilitar o conhecimento e o contacto directo.

O nível ambiental não fica esquecido da análise do processo turístico porque, antes de mais, o contextualiza definindo as formas e as práticas predominantes. É cada vez mais valorizada a actividade turística ambientalmente enquadrada por meios naturais preservados, dotados de elementos paisagísticos diferentes dos que se encontram nos locais de origem e ricos em biodiversidade, preferencialmente com endemismo, proporcionando a observação in loco. A conjugação das três dimensões ou níveis de análise – económica, sócio-cultural e ambiental - aproximam-nos do conceito de sustentabilidade, já que, idealmente, estarão assegurados quando perspectivados no longo prazo.

Os dados apresentados no presente texto são o resultado da análise desenvolvida no âmbito do estudo *“O impacto do turismo no desenvolvimento comunitário em África: análise de experiências insulares”*¹,

1 O Projecto de Investigação foi prosseguido no Centro de Estudos Africanos (CEA/ISC-

que resultou do trabalho de uma equipa interdisciplinar².

Ao longo do tempo, o turismo têm sido objecto de estudos aprofundados, ora temáticos ora generalistas, evidenciando as principais tendências e variações e as motivações que levam o Homem a deslocar-se para espaços diferentes dos de origem para estadias de duração limitada no tempo. O gosto pelas viagens e pela descoberta de povos, culturas e paisagens diferentes é historicamente antigo (VIEIRA, 1997; SILVA, 1998), tendo evoluído a partir de uma concepção elitista, fundamentada na curiosidade e no prazer de descobrir outras pessoas e outros lugares, ancestralmente apenas acessível a um grupo minoritário, para uma acessibilidade generalizada e aberta à maioria (BRITO, 2004). Esta perspectiva evolutiva acompanhou também o ritmo da valorização do lazer e da ocupação de tempos livres (GARCÍA, 1997), fazendo emergir novas formas de viajar, tendencialmente alternativas e diversificadas, relativamente às convencio-

nais, vulgarmente qualificadas de massificadas ou padronizadas na imagem e nos serviços oferecidos.

A evolução das concepções, fortemente justificada pelas práticas associadas, remete para uma avaliação qualitativa em que ao turismo convencional é atribuída uma valoração negativa por ser: pouco cuidado com o ambiente, chegando à depredação; culturalmente eurocêntrico, podendo ser promotor de aculturação, mesmo que parcial; e pouco equitativo no que respeita às relações económicas estabelecidas. Ao contrário, as novas formas de viajar tendem a ser avaliadas pela positiva por: evidenciarem preocupação com a preservação de espaços naturais e com a conservação de espécies, em particular com estatuto de ameaçadas; se fundamentarem no conhecimento pelo contacto directo com outros povos e culturas, dando preferência aos elementos que se acredita que sejam marcados pela autenticidade; ainda promoverem relações sócio-económicas mais equitativas e justas.

TE-IUL) entre 2007 e 2010, com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/MCTES), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal (PTDC/AFR/69094/2006).

2 A equipa de investigação foi coordenada por Brígida ROCHA BRITO, enquanto investigador responsável, e constituída por Joaquim RAMOS PINTO, Nuno ALARCÃO e Bastien LOLOUM, contando com a colaboração dos Bolseiros Joana MARQUES (Bolseira de Investigação), Andreia DUARTE e Manuel TAVARES (Bolseiros de Iniciação à Investigação) e dos consultores Professores Carlos VALES e Rogério ROQUE AMARO.

As preocupações iniciais da equipa centraram-se num conjunto de questões que, do ponto de vista metodológico, não apresentavam uma resposta imediata a partir da leitura da bibliografia de referência, e que orientaram toda a investigação. Essas preocupações traduziram-se na formulação de algumas questões orientadoras, a saber:

- 1) Quais os segmentos turísticos mais relevantes em cada um dos países em análise e quais os desejáveis em função das potencialidades e especificidades insulares?
- 2) Quais os principais actores envolvidos na implementação dos projectos turísticos?
- 3) Quem são os principais beneficiários das iniciativas turísticas em estudo?
- 4) Quais os tipos de turistas que mais procuram os destinos insulares africanos e que motivações os movem?
- 5) Que impactos são gerados com o incremento do turismo?
- 6) Quais os mecanismos existentes para regular os efeitos produzidos e menos desejados?

O principal objectivo do estudo foi identificar e analisar os impactos do turismo no desenvolvimento das populações locais, considerando tanto os benefícios directos como os indirectos, sem contudo esquecer os efeitos perversos e que são, naturalmente, indesejáveis quando se pensa na relação entre o turismo e o desenvolvimento, requerendo, portanto, uma atenção acrescida. Sabendo-se que a investigação se centrou na análise da influência do sector em meio insular, o estudo teve um carácter comparativo, procurando contribuir para a compreensão das principais diferenças entre os dois Pequenos Estados Insulares (PEI): Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Visto que a investigação implicou dispersão geográfica resultante da própria localização dos campos de estudo (Cabo Verde é um país da sub-região da África Ocidental e São Tomé e Príncipe da África Central), do ponto de vista metodológica, houve a necessidade de diversificar as técnicas de recolha de dados e respectiva análise. O estudo iniciou com recolha e análise de fontes bibliográficas e documentais, com o duplo objectivo de proceder à operacionalização dos conceitos, identificando linhas de orientação teórica, e de delinear a caracterização dos dois países a partir de três eixos temáticos: o sócio-cultural; o económico; e o ambiental. Seguidamente, a equipa procedeu à listagem de iniciativas turísticas por país, de forma a seleccionar os campos de estudo a abranger.

Visto que, face aos objectivos previamente definidos, a pesquisa se centrou nas formas alternativas de turismo, por lhes serem reconhecidos atributos positivos e de integração entre as diferentes dimensões em análise, em Cabo Verde foram seleccionadas três ilhas, a saber, Maio, Fogo e Santo Antão. A ilha do Maio por ter ainda uma vocação turística inicial, sendo pouco procurada mas dispondo de um conjunto de iniciativas em construção; a ilha do Fogo, pela importância que o Parque Natural reveste, tendo implementado um Projecto de base comunitária denominado "*Projecto Turismo Sustentável*", com forte

envolvimento da Direcção do Parque³; a ilha de Santo Antão por ter potencialidades particulares para o incremento de práticas alternativas de contacto com a natureza, mas também por estar a desenvolver um projecto de turismo solidário através de organizações da sociedade civil⁴.

Em São Tomé e Príncipe, a análise centrou-se apenas na ilha principal, São Tomé, tendo sido feita uma análise sectorial com paralelismo para o ilhéu das Rolas. Assim, foram privilegiados vários projectos em curso⁵ (cf. Quadro nº 1), maioritariamente vocacionados para a preservação ambiental e conservação de espécies, tendo sido ainda incluído um projecto social e solidário.

Dado que este foi um estudo que partiu da realidade empírica, mais do que de uma simples leitura e sistematização bibliográfica, toda a análise foi fundamentada em trabalho de campo desenvolvido nos dois países. Foi no âmbito da pesquisa no terreno que a equipa desenvolveu três técnicas

3 O envolvimento da Direcção do Parque na promoção do turismo sustentável tem sido incentivado pelo Director, Alexandre NEWSKY, com o qual foi estabelecida uma parceria informal no âmbito do Projecto de investigação.

4 Na ilha de Santo Antão, a equipa de investigação contou com o apoio e envolvimento da Associação Atelier Mar, sob coordenação de Maria ESTRELA e Leão LOPES.

5 Em São Tomé, a equipa contou com o apoio directo da Direcção-Geral do Ambiente e das organizações da sociedade civil Mar, Ambiente e Pesca Artesanal (MARAPA), Associação Monte Pico e RoçaMundo.

CABO VERDE	
Localidade	Projecto/Iniciativa
Maio	<i>Iniciativas em projecto</i>
Fogo	<i>Projecto Turismo Sustentável no Fogo</i>
Santo Antão	<i>Projecto Turismo Solidário e Desenvolvimento (Atelier Mar)</i>
SÃO TOMÉ	
Localidade	Projecto/Iniciativa
Porto Alegre / Malanza	<i>Mangrove Tour / Jalé Ecolodge</i>
São João/ Angolares	<i>Roça de São João</i>
Entre Cruzeiro e Bombaim	<i>Roça de Bombaim</i>
Diogo Vaz	<i>Escola de Campo Diogo Vaz</i>
Cidade de São Tomé	<i>Hotéis vários</i>
Neves	<i>Roça Monte Forte</i>
Monte Café	<i>Jardim Botânico</i>
Ilhéu das Rolas	<i>Pestana Equador</i>

Quadro nº 1 – Identificação dos projectos estudados por país e localidade

de recolha de dados para posterior análise, consideradas complementares, porque facilitadoras de uma leitura mais aprofundada das realidades observadas, bem como por resultarem em mecanismos de aferição e de ponderação de informação.

De acordo com a metodologia previamente definida e acordada, a equipa utilizou as técnicas de: inquérito por questionário a uma amostra de população local previamente definida (N = 849); entrevista semidirectiva a representantes institucionais dos Órgãos da tutela, promotores de iniciativas e gestores de alojamentos turísticos (N = 26); e visitas in situ a todos

Ilha	N	%	Amostra
CABO VERDE	393	46,3	
Ilha do Maio (Maio)	185		47,1%
Ilha do Fogo (Chã de Caldeiras)	138		35,1%
Ilha de Santo Antão (Lajedos)	70		17,8%
SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE	456	53,7	
Porto Alegre / Malanza	49		10,7%
São João / Angolares	28		6,1%
Entre Cruzeiro e Bombaim	53		11,6%
Diogo Vaz	34		7,5%
Cidade de São Tomé	140		30,7%
Neves	97		21,3%
Monte Café	42		9,2%
Ilhéu das Rolas	8		1,8%
Não Especificado	5		1,1%
TOTAL	849	100,0	100,0%

Quadro nº 2 – Repartição da amostra por país e localidade

os projectos analisados com observação directa e estabelecimento de contactos informais com informantes privilegiados, considerados idóneos e neutrais a nível local.

No decurso do trabalho de campo e para a aplicação dos questionários foram estabelecidas parcerias informais com um conjunto de organizações locais, estimulando a participação dos interlocutores e facilitando a obtenção de dados pela proximidade nacional. Assim, em Cabo Verde foram aplicados 393 questionários e em São Tomé e Príncipe 456. A discrepância de número de questionários aplicados entre os dois países resultou, por um lado, do número de iniciativas e localidades estudadas, por outro, da maior ou menor

dispersão geográfica que representou um obstáculo ora um factor facilitador.

Contributos para a conceptualização

Com o evoluir das práticas e das formas, as definições de turismo proliferaram. Diversos autores e organismos internacionais, tais como MATHIESON (1990), VIEIRA (1997), BAPTISTA (1997) e a Organização Mundial do Turismo (OMT), definem o sector como o conjunto das actividades desenvolvidas durante uma deslocação, fora do local de residência, por um período superior a 24 horas e inferior a um ano, independente-

mente das motivações implícitas, não envolvendo actividades remuneradas, mesmo que temporárias, implicando contudo o pagamento dos serviços prestados (BRITO et al, 2010).

Um dos marcos mais importantes na problematização do turismo é identificado com a Conferência de Manila (1980), promovida pela Organização Mundial do Turismo (OMT), no âmbito da qual foi apresentado e discutido um conjunto de pressupostos conceptuais que fundamenta a relação entre o turista, as comunidades locais e os agentes de desenvolvimento turístico (BRITO, 2004). A nova concepção do turismo ultrapassa as preocupações meramente económicas, anteriormente entendidas como prioritárias e únicas, que conferiam viabilidade aos projectos. Assim, passam a considerar-se outras dimensões: social; cultural; e ambiental. Após 1980, a perspetivação do turismo é alterada por surgir, de forma associada, uma nova terminologia assente em categorias tipológicas diferenciadas que opõem o *“antigo turismo”* às *“novas viagens”*. O primeiro é identificado, até hoje, com práticas massificadas, sendo entendido de forma negativa por contribuir, muitas vezes de forma determinante, para a degradação ambiental e subordinação cultural. No *“novo turismo”*, o viajante, entre outros actores, passa a assumir uma atitude consciente, respeitosa e responsável tanto na relação estabelecida com as comunidades locais como no usufruto dos espaços naturais.

O turismo pode ser, ao mesmo tempo, considerado uma actividade e uma prática que tem vindo a evoluir em função de vários factores que, além de históricos, se enquadram pelas motivações, disponibilidade financeira e apetência para uma mudança temporária de ambiente físico e social (GARCÍA, 1997). O sector facilita o conhecimento de realidades diversas, seja a nível social, cultural ou ambiental, através do contacto directo e da experiência, sem os limites tradicionalmente impostos pela vida quotidiana. A viagem é, muitas vezes, definida como um momento de ruptura, de paragem e de mudança sobrevalorizado pelo inerente carácter efémero.

Os destinos turísticos podem, assim, ser classificados (GARCÍA, 1997) com base em três elementos principais:

- 1) os recursos ambientais, entre os quais o sol, o mar, as paisagens, a fauna e a flora;
- 2) o património construído, que encerra museus, edifícios históricos, cidades e ruínas;
- 3) a hospitalidade no acolhimento e nas relações interpessoais que se podem estabelecer com as populações autóctones, que interagem de acordo com padrões culturais marcados pela diferença e que são, muitas vezes, identificados com o exotismo.

Paralelamente, quando se fala em factores motivacionais, podem ser consideradas

três necessidades que são complementares aos elementos antes enunciados: o repouso; a mudança compensada com alteração nos hábitos e nas práticas; e a fuga aos constrangimentos com exacerbação do hedonismo, no sentido da valorização extrema das sensações de bem-estar e de prazer (KRIPPENDORF, 1989).

Neste sentido, BULL (1994) propõe uma classificação tipológica de viajantes em três grandes grupos, conforme sistematização apresentada no Quadro nº 3:

1. O *Psicocêntrico* ou autocentrado (Psyche), que procura ambientes familiares, onde possa praticar actividades rotineiras, associando estas possibilidades aos destinos heliotrópicos com diversão, repouso e descontração em padrões de conforto ocidentais;

2. O *Mesocêntrico* (Meso), com valorização do meio, seguindo viagens organizadas em que se podem desenvolver actividades programadas, recorrendo a infra-estruturas e a empreendimentos hoteleiros de larga escala.

3. O *Alocêntrico* (Allo), coincide com o viajante que valoriza destinos pouco conhecidos onde a descoberta representa o prazer da novidade, da diferença e da aventura, com elevados índices de actividade e de contacto com a natureza, podendo interagir directamente com as populações e suas culturas, sendo o alojamento de pequena ou média dimensão, explorado localmente e com qualidade satisfatória.

Seguindo esta linha de pensamento, durante a viagem, o turista Alocêntrico procura desenvolver actividades enquadradas por

Turista		Ambiente	Clima	Distracção	Equipamentos culturais	Cultura	Acesso
Alocêntrico	EXPLORADOR	Montanha Deserto Selva	Qualquer	Nenhuma	Nenhum	Qualquer	Remoto
	AMANTE DA NATUREZA	Montanha Deserto Selva	Qualquer	Básica	Cultura	Diferente	Remoto
	EXPERIMEN- TAL	Qualquer	Qualquer	Boa Individual	Museu Festival Teatro Arquitectura	Observar Interactuar	Qualquer
	INDIVIDUAL	Pitoresco	Tempe- rado	Boa Individual	Panorâmicos	Qualquer	Acessível Longínquo
Mesocêntrico	GRUPO	Qualquer	Tempe- rado	Alojamento	Secundário	Idêntico origem	Bom Seguro
Psicocêntrico	MASSIVO	Mar Areia	Sol Calor	Organizado	Nenhum	Idêntico origem	Massivo
		Nunhum	Idêntico origem	Local	Local	Idêntico origem	Local

Quadro nº 3 – Tipologia de Turistas com base na selecção dos destinos turísticos

meios naturais preservados e mantidos, interagir com populações locais, apreender elementos culturais que considera relevantes pela diferença, não viajando em função de épocas, pelo que não condiciona a sazonalidade, contribuindo para a aquisição de rendimento local, contínua e sem quebras, sem que, contudo, se registre um abandono de actividades económicas tradicionais. É também neste tipo de concepção que, tão importante quanto o turista, ou sujeito da viagem, se identificam outros actores que contribuem, de forma determinante, para a sustentabilidade do sector: as comunidades locais. Estas, que foram durante um longo período de tempo concebidas como simples beneficiárias da actividade e do processo de desenvolvimento, passam a ser concebidas como dinamizadoras de acções, catalizadoras de vontades e de participação, envolvendo-se e tornando-se protagonistas. As novas abordagens passaram a atribuir e a reconhecer às populações locais um estatuto de intervenção por serem as anfitriãs dos visitantes.

Para os países de acolhimento, os impactos do turismo encerram elevadas expectativas no sentido da promoção da mudança, independentemente do que essa mudança signifique. Mas as expectativas são sempre, além de elevadas, positivas. Este é um princípio que, na maioria das situações, se adapta também ao processo de desenvolvimento: os resultados mais do que desejáveis são perspectivados

pela positiva. ABRANJA (2005) alerta para a ideia de que os impactos, idealmente desejáveis e positivos, podem resultar de forma oposta, ou seja, com efeitos negativos, sendo urgente e imperiosa a adopção de uma atitude tanto prospectiva quanto proactiva, no sentido de ser reguladora e correctiva.

Insularidades: particularidades turísticas

Os territórios insulares encerram interesse particular para o sector do turismo e das viagens, visto que lhes são reconhecidas potencialidades e particularidades ambientais e culturais únicas. O sentido da insularidade, tantas vezes identificado com a imagem de um pequeno território rodeado de mar, faz aumentar, em certo sentido, o interesse pela descoberta. A ilha passa a ser entendida como um espaço confinado mas distante, o que significa a oportunidade perfeita para fugir à rotina quotidiana, cansativa e monótona. Aos espaços insulares é atribuído um qualificativo diferenciador, resultante da sua natureza geográfica, tendente ao fechamento em relação ao exterior: o exotismo das culturas ancestrais conserva a autenticidade; o ambiente é espontaneamente preservado, em particular no que respeita aos ecossistemas florestais, marinhos e costeiros.

Contudo, a ideia de que o desenvolvimento das pequenas ilhas tem sido condicionado por uma grande diversidade de constrangimentos, decorrentes da insularidade e da dimensão, tem sido reforçada nos estudos temáticos e nos relatórios de Organizações Internacionais de referência (AOSIS, SIDSNET).

Os Pequenos Estados Insulares⁶ (BRITO et al, 2010) classificam-se em monoinsulares e arquipelágicos, em função do número de ilhas, sendo os segundos mais comuns. Em qualquer um dos casos, os principais factores definidos como constrangedores, que resultam da situação de insularidade são: a fragilidade dos ecossistemas e a vulnerabilidade face a catástrofes naturais; uma base produtiva antiga, estagnada e com carência de modernização; a falta de integração num espaço económico dinâmico; os elevados custos da produção e a dependência em relação ao exterior; a irregular rede de comunicações e a precariedade dos transportes. Ao longo do tempo, estas economias têm evidenciado uma forte dependência do sector primário,

incluindo recollecção, captura e extracção de recursos naturais vivos e inertes. Trata-se de economias pouco complexas, fortemente dependentes da estrutura familiar, mobilizadas para a sobrevivência.

Do ponto de vista ambiental, os PEI apresentam índices de preservação, caracteristicamente espontânea, sendo que a degradação de algumas áreas é o resultado: da intervenção humana, promovida por acções não planeadas, com objectivos produtivos; da pressão demográfica; da erosão; da depredação de recursos marinhos nas zonas costeiras e balneares; e da contaminação da água doce com perda da diversidade biológica animal e vegetal. Na maioria dos casos, o sector primário tem sido objecto de algum abandono em favor de actividades emergentes, enquadradas pelo sector terciário com forte valorização da prestação de serviços. É neste contexto que o turismo é revalorizado nas pequenas ilhas. Por um lado, porque surge como uma alternativa ao estrangulamento do sector primário, que evidencia baixa rentabilidade e ausência de oportunidades no que respeita a uma rápida dinamização e crescimento. Por outro lado, porque, no mercado internacional do turismo e das viagens, estas regiões surgem como novos destinos por descobrir, repletos de potencialidades e por isso atractivos.

Quando se pensa no turismo insular em contexto africano, a ideia imediata parece ser a da existência de fortes limitações no

6 Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento têm assinado tratados e acordos através da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS). Os Estados Membros da AOSIS são Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Cabo Verde, Comores, Cuba, Chipre, Dominica, Fidji, Granada, Guiana, Ilhas de Cook, Ilhas Salomão, Ilhas Seychelles, Jamaica, Maldivas, Malta, Maurícias, Papua Nova Guiné, Saint Kitts e Nevis, Samoa, São Vicente e as Ilhas Granadinas, Santa Lucía, São Tomé e Príncipe, Suriname, Tonga, Trinidad e Tobago e Vanuatu.

que respeita à falta de modernização das estruturas de acolhimento e ligação. Contudo, os novos segmentos turísticos, alternativos e de proximidade levam a crer que a possibilidade de dinamização do sector não é impossível, já que os próprios viajantes optam por alojamentos diferenciados e actividades de contacto com a natureza e de interacção com as comunidades locais. A ausência de padrões de conforto à imagem ocidental deixa de ser considerada um obstáculo para passar a ser entendida como um dos factores da escolha. Assim, o turismo tem-se revelado, para algumas destas economias, como a alternativa que permite minimizar a precariedade dos sectores tradicionais, que aparentam estar bloqueados por carência de investimento direccionado para a modernização.

Também do ponto de vista cultural, o turismo em espaço insular pode ser considerado promotor da revitalização das práticas e dos sistemas simbólicos mais ancestrais e que, pelas mais diversas razões, arriscam perder-se e mesmo desaparecer. A recuperação de elementos culturais que marcaram identidades é, no âmbito do turismo alternativo, uma necessidade e nas pequenas ilhas torna-se uma tarefa impenhosa.

No que respeita ao ambiente, e face às fragilidades inerentes dos pequenos espaços insulares, o turismo pode representar um mecanismo catalizador de acções de preservação e até de conservação. Se por

um lado, a natureza beneficia da distância e do isolamento em relação a outras áreas continentais, estando protegida dos grandes interesses económicos internacionais, assentes no comércio externo de recursos, por outro, sofre da pressão humana directa aquando da captação e utilização de materiais e espécies. O turismo, em particular os segmentos alternativos, é favorável à existência de espaços preservados, de abundância e diversidade de vida, podendo também contribuir para a manutenção de um estado saudável.

A nível mundial são vários os exemplos de pequenas ilhas onde o turismo tem desempenhado um papel mobilizador de recursos e de vontades, transformando o que se entendiam ser dificuldades em virtudes e vantagens acrescidas para as comunidades locais, seja por via do empreendedorismo e da identificação de alternativas sócio-económicas, seja através da valorização e promoção cultural, ou ainda da reabilitação ambiental com acções vocacionadas para a recuperação de espaços e conservação de espécies ameaçadas.

Contudo, há que atender para a possibilidade de serem gerados resultados económicos indesejáveis, impactos sociais de desestruturação e efeitos ambientais perversos, em particular em contexto de área protegida. Estes aspectos são de extrema relevância visto que, em contexto insular, os factores naturais e culturais são

entendidos como os atractivos turísticos por excelência. Apesar de ser considerado como potencial, e representar novas oportunidades para as pequenas economias insulares, os impactos negativos parecem adquirir contornos menos evidentes nos meios continentais (WILLIAMS, 1998; FERREIRA, 2008):

1. *Impactos ambientais*: degradação costeira e marinha, provocada pelas águas residuais dos hotéis e pela poluição das embarcações a motor destinadas a desportos náuticos; utilização excessiva de água doce; carga exercida sobre espécies de habitat costeiro ou marinho, podendo contribuir para o agravamento das ameaças, aumentando o risco; agressão sobre ecossistemas florestais e montanhosos, incorrendo num afastamento de algumas espécies mais solitárias; poluição por aumento de resíduos sólidos sem tratamento adequado.
2. *Impactos sócio-económicos*: emergência de processos de aculturação com perda de referenciais tradicionais (formas de produção e de gestão), dificuldade de afirmação dos empreendedores locais face à concorrência internacional, ressurgimento de actividades de economia informal e paralela (redes organizadas de prostituição, de menores, tráfico de droga e esquemas de extorsão planeada).

A maioria dos PEI tem adoptado medidas integradoras do turismo com o objectivo de o promover como sector prioritário e estratégico. Em contexto africano, os países insulares dispõem de documentos orientadores da actividade, sob a forma de planos estratégicos, produzidos no enquadramento de avaliações prospectivas realizadas com o apoio de organizações internacionais ou de empresas privadas. O planeamento estratégico do turismo visa a redução das vulnerabilidades tradicionalmente sentidas em espaço insular e que vão ao encontro de necessidades sócio-ambientais, económicas e culturais, implicando o envolvimento participativo das populações locais mais directamente implicadas.

Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são dois PEI, arquipelágicos, que sofreram uma longa influência portuguesa de cerca de 500 anos, alcançando tardiamente a independência política, em meados da década de 70 do século XX.

Do ponto de vista geográfico, Cabo Verde situa-se na sub-região da África Ocidental e São Tomé e Príncipe na sub-região da África Central, se bem que os dois arquipélagos estejam referenciados no Oceano Atlântico (Figura nº 1).



Imagem nº 1: Representação geográfica dos PEI em estudo, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

Os dois países são considerados como PEI, já que a sua área total é reduzida

(4.033 km² para Cabo Verde e 1.001 km² para São Tomé e Príncipe), apresentando características físicas diferenciadas e que os particularizam (cf. Quadro nº 4), tais como o clima, a paisagem, a variedade de ecossistemas e a diversidade de vida biológica.

A análise comparativa dos dois PEI permite constatar que, do ponto de vista do interesse turístico, um dos arquipélagos reúne maiores potencialidades para o desenvolvimento de actividades enquadradas por meios naturais preservados e ricos em biodiversidade com endemismo. São Tomé e Príncipe parece ser, sem

Indicador	Cabo Verde	São Tomé e Príncipe
Localização Geográfica	África Ocidental-Sahel	África Central - Golfo da Guiné
Área	4.033 km ² - 965 km de costa	1.001 km ² - 260 km de costa
Ilhas	10 repartidas por Barlavento e Sotavento Ilhéus	São Tomé Ilhéu das Rolas Príncipe Ilhéus desabitados
Clima	Tropical Seco	Tropical Húmido
Paisagem	Árida Praias Costa acidentada Montanhas Vulcão	Relevo acidentado Praias Floresta Ecosistemas fluviais Costa abrupta Montanhas Savana
Flora	Espécies herbáceas Palmeiras endémicas Gramíneas Plantas arbustivas	Flores tropicais (<i>rosa de porcelana</i> , <i>bico de papagaio</i> , <i>bordão macaco</i>) Orquídeas endémicas Plantas medicinais Árvores centenárias
Fauna marinha	Tartarugas marinhas (<i>Caretta caretta</i> ; <i>Chelonia mydas</i> ; <i>Eretmochelys imbricata</i> ; <i>Dermochelys coriácea</i> ; <i>Lepidochelys olivacea</i>) Baleia Golfinho Tubarão Tunídeos Crustáceos endémicos	Tartarugas marinhas (<i>Caretta caretta</i> ; <i>Chelonia mydas</i> ; <i>Eretmochelys imbricata</i> ; <i>Dermochelys coriácea</i> ; <i>Lepidochelys olivacea</i>) Baleia Golfinhos Tubarão Tunídeos Crustáceos
Fauna florestal	Aves Répteis Insectos	Macaco Lagaia Aves endémicas Répteis (cobra preta) Insectos

Fonte: Brito, Brígida et al (2010)

Quadro nº 4: Sistematização das características ambientais de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

sombra de dúvidas, aquele que maiores condições encerra. Contudo, uma rápida leitura das estatísticas de turismo permite perceber que, ao longo do tempo, Cabo Verde tem sido, dos dois, o arquipélago que mais tem apostado e investido no sector como alternativa para o desenvolvimento. Em São Tomé e Príncipe, o turismo apresenta resultados marginais do ponto de vista económico, longe daqueles que seriam expectáveis, sobretudo tendo presente alguns documentos que serviram de orientação como é o caso do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo (OMT).

Qualquer um dos países é dotado de áreas protegidas classificadas, e regulamentadas, com interesse turístico e relevância ambiental, no seio das quais se valorizam acções de conservação do património natural, nomeadamente vulnerável (FERREIRA, 2008; BRITO et al, 2010). Face às características ambientais, em qualquer um dos arquipélagos é possível incrementar actividades de turismo de natureza, entre as quais o trekking e o watching (observação) de espécies em ambiente adequado.

Do ponto de vista social e cultural, tanto Cabo Verde como São Tomé e Príncipe são tecnicamente definidos como países jovens em termos demográficos, já que uma parte significativa da população cabo-verdiana tem idade inferior a 15 anos (41,6%: INECV, 2009), situação idêntica para a população santomense (41,2%:

INESTP, 2006). Trata-se ainda de sociedades crioulas que resultaram de processos de mestiçagem cultural, transformando as suas populações em miscigenadas. Esta situação confere aos elementos culturais algum hibridismo decorrente da mistura de referenciais africanos com europeus. Assim, as práticas culturais e os sistemas simbólicos que conferem identidade às duas populações em estudo evidenciam um misto de traços, podendo falar-se numa cultura crioula que tanto interesse tem para o turismo internacional. Estes elementos miscigenados encontram-se no património construído, tal como a arquitectura, mas também na gastronomia, nos ritmos musicais, nas danças, nas manifestações artísticas mais diversas e até na língua e dialectos locais.

Em termos económicos, os dois países seguiram caminhos diferentes, a partir da independência política, bem patentes na estrutura macro-económica e nas formas de aquisição de rendimento pelas famílias. As relações económicas entre Cabo Verde e o resto do Mundo têm sido fortemente estimuladas graças ao processo migratório. O país é, muitas vezes, referido pela população como uma “terra ingrata” (COPONS, 2000) pela infertilidade do solo, escassez de água doce e dificuldades na aquisição de rendimento. Dadas as dificuldades nacionais de fazer face aos constrangimentos sentidos, uma parte da população optou por emigrar procurando alternativas mais sustentáveis, o que se

traduziu na transformação da estrutura sócio-demográfica e económica. Após a hora di bai, a saudade favorece o retorno, físico ou sob a forma de remessas financeiras enviadas para a família, e que representam uma mais valia para a promoção do desenvolvimento do país (BRITO et al, 2010). No caso de São Tomé e Príncipe, o percurso foi claramente diferente: a evolução histórica promoveu o abandono progressivo da produção das antigas unidades de produção agrícola, as Roças, com ocupação das instalações e degradação de um património único. A economia permaneceu incipiente e vocacionada para a subsistência, com agricultura pouco diversificada, alguma recollecção, pesca artesanal e criação de gado, maioritariamente suíno e caprino, sem carácter intensivo e destinado ao consumo familiar. Aqui, as migrações foram menos significativas do que em Cabo Verde, e com resultados residuais no que respeita ao contributo para o desenvolvimento nacional.

Se o turismo aparece em Cabo Verde como a oportunidade para fazer face aos constrangimentos que o Sahel impõe às actividades produtivas tradicionais, sendo possível fazer um historial evolutivo do processo de implementação e crescimento do sector, em São Tomé e Príncipe esta é uma opção recente que apresenta indefinição estratégica e que tem prosseguido quase por impulso e em ciclos curtos, evidenciando precariedade do ponto de vista da sustentabilidade. Cabo Verde apresen-

ta um parque hoteleiro diversificado e que cobre a maioria do território, oferecendo serviços complementares que facilitam a estadia. Em São Tomé e Príncipe a diversificação e modernização das infra-estruturas de acolhimento e de ligação são recentes, requerendo ainda articulação.

Em qualquer um dos arquipélagos, o sector pode assumir, tal como sucede noutros países insulares e de pequena dimensão, um papel relevante na dinamização da estrutura económica, captando recursos financeiros e gerando riqueza a favor do desenvolvimento. Entendido como estratégico para a prossecução do processo de mudança, o turismo assume um papel activo como pólo dinamizador e estruturante da economia, contribuindo para a melhoria das condições de bem-estar das populações, atendendo para a situação dos espaços e recursos ambientais.

Semelhanças e diferenças entre dois PEI

A investigação prosseguida pela equipa de investigação permitiu estabelecer uma comparação entre os dois PEI a partir dos três indicadores de referência: o económico; o sócio-cultural; e o ambiental. No geral, os inquiridos nos dois países identificaram como principais problemas sócio-económicos, o desemprego (17,3%) associado ao baixo rendimento familiar

(12,4%), às desigualdades económicas (9,1%), às deficientes condições laborais (9,2%) e à falta de actividades produtivas a nível local (8,1%).

De acordo com o quadro nº 5, as variações entre os dois países não parecem relevantes, situação idêntica para os impactos positivos promovidos pelo turismo: a redução do desemprego (32,9%), as me-

lhorias nas condições de trabalho (11,4%), o acréscimo no rendimento (11,2%), e a redução das desigualdades económicas (6,9%).

De uma forma geral, os inquiridos consideraram que o turismo tem contribuído para: 1) a criação de emprego, valorizando as empresas locais; 2) estimular o empreendedorismo; 3) apoiar o associativismo e os

Problemas sócio-económicos	TOTAL	CABO VERDE	SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE
Desigualdade Económica	9,1%	5,1%	13,1%
Desemprego	17,3%	16,2%	18,4%
Condições de Trabalho	9,2%	9,4%	9,0%
Falta de actividades produtivas locais	8,1%	9,1%	7,2%
Dependência face ao exterior	5,6%	6,9%	4,2%
Baixo rendimento familiar	12,4%	10,9%	13,8%
Educação/ Formação	10,1%	9,2%	11,0%
Infra-estruturas	8,4%	8,4%	8,4%
Acesso a água	10,3%	13,1%	7,5%
Conflito por terra	3,1%	4,2%	2,1%
Acesso a meios de comunicação/informação	5,9%	7,2%	4,5%
Outro problema	0,5%	0,3%	0,8%
Impacto positivo no problema	TOTAL	CABO VERDE	SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE
Desigualdade Económica	6,9%	4,1%	9,6%
Desemprego	32,9%	23,2%	42,5%
Condições de Trabalho	11,4%	12,7%	10,0%
Falta de actividades produtivas locais	8,1%	9,8%	6,4%
Dependência face ao exterior	1,9%	3,5%	0,4%
Baixo rendimento familiar	11,2%	11,3%	11,1%
Educação/ Formação	10,5%	12,0%	8,9%
Infra-estruturas	7,3%	10,0%	4,6%
Acesso a água	3,8%	4,4%	3,2%
Conflito por terra	1,1%	1,0%	1,1%
Acesso a meios de comunicação/informação	5,1%	8,0%	2,1%

Quadro nº 5: Identificação dos problemas económicos e dos impactos positivos

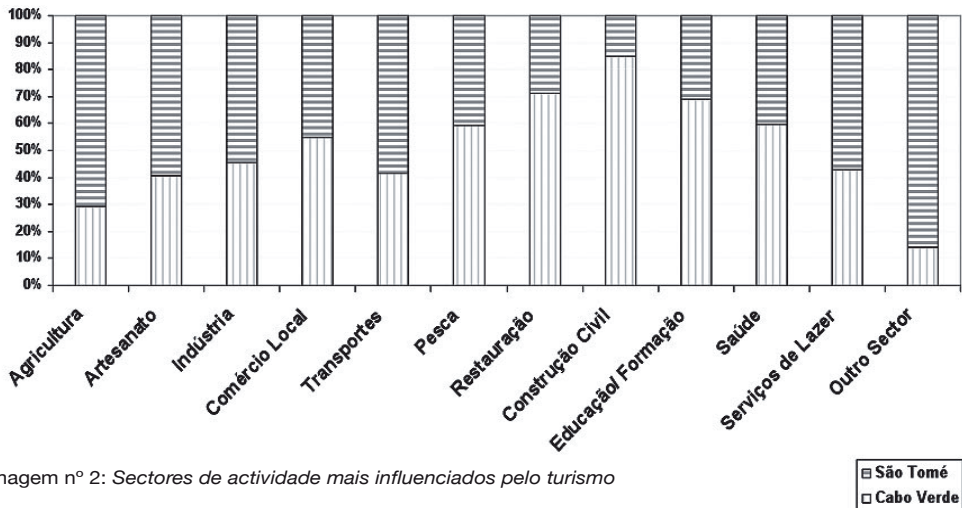


Imagem nº 2: Sectores de actividade mais influenciados pelo turismo

projectos de vocação solidária e de base comunitária; 4) captar e mobilizar recursos para investir; 5) combater a migração e as saídas de mão-de-obra, mesmo que temporárias.

O turismo é considerado como vantajoso do ponto de vista económico, promovendo uma dinamização de outras actividades relacionadas com a aquisição de rendimento, sendo evidente alguma variação entre países. Em Cabo Verde, as actividades que sentem um impacto mais positivo são a construção civil, a restauração, a educação e formação, a saúde, a pesca, o comércio local e os serviços de lazer. Em São Tomé e Príncipe, os efeitos são menos significativos e diversificados, centrando-se maioritariamente na agricultura, nos transportes, no artesanato e nos serviços de lazer.

Quando inquiridos sobre os benefícios do turismo, a maioria (60,8% do total) consi-

derou o sector como positivo, sendo de destacar uma forte variação entre os dois países: 86,0% para Cabo Verde e 35,7% para São Tomé e Príncipe.

Do ponto de vista cultural, a maioria dos inquiridos identifica as manifestações culturais e os produtos artesanais como as principais potencialidades, seguindo-se a alegria e a simpatia da população local, a História e o património construído, sendo de destacar que esta sensibilidade é largamente superior em Cabo Verde do que em São Tomé e Príncipe.

Os principais problemas culturais emergentes com o desenvolvimento do turismo são, em simultâneo, a perda de tradições e a falta de dinamização de actividades culturais e artísticas, seguindo-se a degradação do património construído, a falta de identidade da cultura local e a falta de diálogo intercultural, evidenciando preocupação com uma eventual tendência de assi-

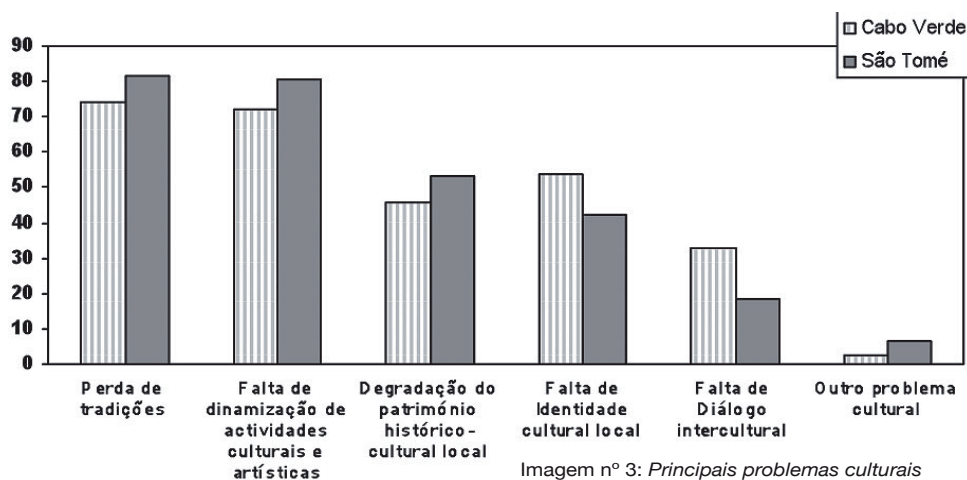
milação de referências culturais. A análise dos problemas culturais revela alguma variação entre os dois países no que respeita às variáveis da degradação do património histórico-cultural, mais relevante em São Tomé e Príncipe, e a falta de identidade da cultura local, particularmente mais representativa em Cabo Verde.

No que respeita aos aspectos sócio-culturais a melhorar, foram particularmente referenciadas as questões da participação, do desenvolvimento local, da capacitação e das actividades culturais. Neste caso, parece ser relevante que são mais importantes em São Tomé e Príncipe do que em Cabo Verde, com excepção do item capacitação que apresenta valores muito equiparados.

No que respeita às questões ambientais, é relevante considerar que os principais problemas referidos, em média, foram o fornecimento de água potável, o acesso a energia, as condições de saneamento,

a inexistência, ou precariedade, de programas de educação ambiental que contribuam para o estabelecimento de uma melhor relação entre as comunidades e o ambiente e a acumulação de lixo nas vias públicas e espaços comuns. É relevante destacar que, neste caso, a avaliação dos problemas não é consensual para os cabo-verdianos e santomenses inquiridos (cf. Quadro nº 6), já que os primeiros valorizam mais o acesso à água potável, fontes energéticas e escassez de recursos naturais, enquanto que os segundos destacam o saneamento básico, os problemas energéticos e a falta de programas de Educação Ambiental.

A avaliação dos impactos do turismo no ambiente apresenta fortes disparidades e variações muito significativas: em Cabo Verde, a avaliação global é positiva (57,6%), enquanto que em São Tomé e Príncipe a situação se inverte (75,4% considera os efeitos negativos). A análise sectorial por país



PROBLEMA	TOTAL	CABO VERDE	SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE
Fornecimento de água potável	75,0	87,0%	63,0%
Acumulação de Lixo nas vias públicas	51,7	50,5%	52,9%
Ruído e poluição sonora	14,3	16,9%	11,7%
Escassez de recursos naturais	40,5	64,3%	16,7%
Problemas energéticos	68,9	63,8%	74,0%
Qualidade do ar	7,2	5,7%	8,4%
Falta de Áreas Protegidas	18,4	29,2%	7,5%
Desertificação	16,7	31,2%	2,2%
Saneamento Básico	67,4	57,6%	77,1%
Falta de programas de Educação Ambiental	65,5	60,4%	70,5%
Falta de Ordenamento do Território	25,5	41,4%	9,5%
Trânsito	16,6	20,8%	12,3%
Outro problema ambiental	3,3	2,6%	4,0%

Quadro nº 6: Identificação dos problemas ambientais

sugere que em: 1) Cabo Verde, os impactos mais positivos respeitam ao fornecimento de água potável, às acções de educação ambiental, à diminuição de lixos nas ruas e ao ordenamento do território, enquanto que os efeitos negativos decorrentes do turismo radicam no agravamento das dificuldades de acesso a recursos energéticos; 2) São Tomé e Príncipe, os efeitos mais benéficos centram-se na diminuição dos lixos nas ruas, no fornecimento de energia, no saneamento básico e na educação ambiental; enquanto que o problema mais agravado respeita ao fornecimento de água potável.

Em jeito de conclusão

A análise global permite constatar que, no geral, a maioria dos inquiridos consi-

dera que os impactos da actividade turística são positivos (76,5%), com destaque para Cabo Verde (89%) face a São Tomé e Príncipe (64%). Contudo, há que destacar que, no decurso da investigação, foi possível compreender que os beneficiários directos do desenvolvimento do sector são os empreendedores dos projectos, ou seja, quem os cria, explora e gere. A população local que vive na envolveria das iniciativas, e que nelas trabalha, beneficia indirectamente, sendo os resultados muitas vezes pouco visíveis ou exteriorizados e, na generalidade dos casos, não imediatos, requerendo um tempo para o qual as comunidades nem sempre estão preparadas e dispostas.

O índice de participação com envolvimento directo das populações locais na tomada de decisões que os projectos

envolvem, é frágil (31,2% em média), sendo particularmente mais relevante nas iniciativas cabo-verdianas estudadas (71%) do que nas santomenses (18,5%). Independentemente do país considerado, a preocupação com a formação e capacitação de técnicos locais parece ser uma realidade, sendo as áreas mais sig-

nificativas as que têm uma função prática no contacto com o visitante: guias para actividades em contacto com a natureza (trekking, watching); prestação de serviços directos ao turista (restauração, bares e similares, hotelaria), bem como artesanato.

Como se caracteriza o turismo em espaço insular africano?	Inicial, incipiente, a requerer planeamento de actividades e definição criteriosa de segmentos prioritários
Que tipo de turismo é desejável em função das potencialidades insulares?	Turismo de pequena escala, grupos reduzidos com interesse em contactar com comunidades locais, com elas interagir, e com ambiente preservados
Qual a evolução que tem sofrido?	Evolução marcada pela irregularidade
Quais os segmentos de turismo emergentes?	Turismo de natureza, turismo de observação, ecoturismo, turismo solidário e socialmente responsável, turismo científico
Serão as potencialidades ambientais e culturais consideradas estrategicamente para a promoção do turismo em África?	Nem sempre têm sido consideradas, depende do projecto, do promotor, da época histórica e do enquadramento legal
Quem são os principais actores envolvidos na implementação dos projectos turísticos?	Empresas privadas estrangeiras, organizações da sociedade civil, empreendedores locais
Quem são os principais beneficiários da iniciativas?	Variáveis em função dos projectos: os próprios promotores; comunidades locais
Quais os tipos de turistas que mais procuram os destinos insulares africanos e que motivações os movem?	Origem: Europa Motivações: lazer, descanso, contacto com a natureza e conhecimento de culturas tradicionais
Que impactos são gerados com o incremento do turismo?	Positivos - criação de emprego, formação, incremento no rendimento familiar; sensibilização e educação ambiental com maior valorização de recursos naturais marcados pela vulnerabilidade; valorização de elementos da cultura tradicional Negativos - emergência de desenquadramento social, incerteza de continuidade, pressão sobre espaços e recursos naturais
Os impactos resultantes da actividade turística são de que tipo: sociais, culturais, económicos, ambientais?	Existem impactos sociais, culturais, económicos e ambientais, positivos e negativos
Serão os impactos, positivos e negativos, idênticos em diferentes espaços insulares?	Os impactos são variáveis em função do espaço insular, das experiências anteriores
Quais as formas que cada um dos micro-Estados analisados encontra para regular os efeitos negativos criados?	O sector apresenta fragilidade com diferenciado envolvimento institucional

Quadro nº 7: Tentativa de sistematização de respostas por questão enunciada

Com a conclusão do estudo, a equipa procurou responder a um conjunto de questões inicialmente enunciadas (Quadro nº 7), permitindo deixar pistas de reflexão para trabalhos futuros.

Referências Bibliográficas

- AIABRANJA, Nuno (2005): "O Ecoturismo como Alicerce do Turismo Sustentável" em *Revista de Investigação e Intervenção Social – Espaço S*, 9, pp. 47-56.
- BAPTISTA, Mário (1997): *Turismo: competitividade sustentável*. Lisboa: Verbo.
- BRITO, Brígida (2004): *Turismo Ecológico: uma via para o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe*. Tese de Doutoramento em Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE.
- BRITO, Brígida (2006): "Turismo ecológico em contexto insular africano: o caso de São Tomé e Príncipe" em *Journal of Tourism and Development*", nº 5, pp 77-94.
- BRITO, Brígida et al (2010): *Turismo em meio insular africano. Potencialidades, constrangimentos e impacto*. Lisboa: Gerpress
- COPONS, Elizenda (2000): *Cabo Verde*. Barcelona: Laertes
- FERREIRA, Eduardo (2008): *O Turismo Sustentável como factor de desenvolvimento das pequenas economias insulares. O Caso de Cabo Verde*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas
- GARCÍA, J. (1997): *Psicosociología del Ocio y del Turismo*. Málaga: Ediciones Aljibe
- INECV (2009). *Projeções Demográficas*. Praias: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
- KRIPPENDORF, Jost (1989): *The Holiday makers. Understanding the impact of leisure and travel*. HP Publishing
- MATHIESON, A. et WALL, G. (1982): *Tourism: economic, physical and social impacts*. London, Longman
- SILVA, Augusto Santos (1998): *Cultura e Desenvolvimento*. Oeiras: Celta Editora
- URRY, John (1995). *Consuming places*. London: Routledge
- VIEIRA, João Martins (1997): *A Economia do Turismo em Portugal*. Lisboa: publicações Dom Quixote.
- WILLIAMS, Stephen (1998). *Geography tourism*. London: Routledge



Festa de casamento

© CEIDA